

(Retificada no DJe de 3.5.1989 para Resolução n. 3 de 19 de abril de 1989)

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 19 DE ABRIL DE 1989

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo 3558/88, e da decisão proferida pelo Conselho de Administração em sessão realizada em 23.11.88, resolve:

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO

Art. 1º Criar no Superior Tribunal de Justiça um programa de assistência à infância intitulado Programa Pré-escolar - PAPE, cujo objetivo é prestar assistência aos dependentes de seus servidores que não disponham dos meios necessários ao custeio dos serviços de creche e pré-escolar durante a jornada de trabalho.

CAPÍTULO II

DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 2º O PAPE atenderá aos dependentes dos servidores do Superior Tribunal de Justiça em atividade, inclusive de requisitados, na faixa etária de 3 meses à 7 anos incompletos, que se enquadrem nas condições abaixo:

- I - filho de servidor;
- II - enteado, desde que esteja sob responsabilidade e dependência econômica do servidor;
- III - menor sob guarda e responsabilidade;
- IV - menor tutelado, desde que não tenha rendimento mensal superior ao salário mínimo.

Art. 3º O servidor não perderá a condição de beneficiário quando se afastar do serviço em virtude de:

- I - férias;
- II - licença por acidente de trabalho;
- III - licença para tratamento de saúde e repouso à gestante;
- IV - licença por motivo de doença em pessoa da família;
- V - licença especial.

Parágrafo único - Não será beneficiário deste Plano, o funcionário que estiver em licença sem vencimentos (acompanhar cônjuge - interesse particular) ou cedido para outra instituição, sem ônus para o Superior Tribunal de Justiça.

CAPÍTULO III

DO ATENDIMENTO

Art. 4º O atendimento às crianças beneficiadas pelo PAPE, será prestado pelas instituições materno-infantis ou estabelecimentos pré-escolares regularmente autorizados a funcionar e relacionados por este Órgão.

§ 1º Dentre esses, o usuário utilizar-se-á do sistema de livre

REVOGADO

escolha na participação do PAPE e poderá optar pelos diversos estabelecimentos do Plano Piloto ou Cidades Satélites.

CAPÍTULO IV

DA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA

Art. 5º Para utilização do Programa, deverá o usuário fazer sua inscrição na Subsecretaria de Pessoal, onde preencherá os formulários próprios e apresentará a seguinte documentação:

I - comprovante de matrícula na unidade de atendimento de sua região;

II - declaração de dependência legal do beneficiário.

CAPÍTULO V

DO PAGAMENTO

Art. 6º O Programa utilizar-se-á do sistema de reembolso mensal de despesas através de crédito em folha de pagamento, após apresentação do comprovante de pagamento na Subsecretaria de Pessoal até o dia 10 de cada mês, conforme tabela de participação constante do Anexo Único.

§ 1º Este reembolso estão limitados a 12 (doze) mensalidades anuais, efetuadas de janeiro a dezembro.

§ 2º Excluem-se do ressarcimento os gastos relativos a materiais escolares, uniformes, transportes, ou quaisquer taxas eventuais.

§ 3º No caso de cônjuge servidor da Administração Federal, o benefício somente será pago se comprovadamente não houver reembolso por parte da instituição a que estiver vinculado o cônjuge não servidor do Tribunal.

§ 4º Se ambos os cônjuges forem servidores do Tribunal, somente será pago o benefício a um deles.

§ 5º Será exigida a frequência mínima de 75%.

CAPÍTULO VI

DO CANCELAMENTO DO BENEFÍCIO

Art. 7º O benefício será cancelado no mês subsequente àquele em que a criança atingir a idade limite prevista no Programa, ou quando ocorrer situações previstas no parágrafo único do art. 3º.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Caberá à Subsecretaria de Pessoal a responsabilidade pela administração, execução e fiscalização do Programa.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor da Secretaria Administrativa.

Art. 10º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MINISTRO GUEIROS LEITE

ANEXO ÚNICO

REVOGADO

(Artigo 6º, da Resolução nº 0002, de 19 de abril de 1989.)

FAIXA DE RENUMERAÇÃO - COTA DO SERVIDOR - COTA DO STJ
(SALÁRIOS- MÍNIMOS)

1 à 3. 5%.

95%

4 à 6. 15%.

85%

7 à 10. 25%.

75%

Acima de 10. 35%.

65%

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 02, de 19 de abril de 1989, publicada no D.J. de
20/04/89, pág. 5825, onde se lê: Resolução nº 02, de 19 de abril de
1989, leia-se: Resolução nº 03, de 19 de abril de 1989.